

A QUESTÃO AGRÁRIA, O BRASIL E CAIO PRADO JÚNIOR

Fabiana de Cássia Rodrigues
Doutoranda em Educação – Faculdade de Educação – Unicamp
fabicassia@yahoo.com.br

A motivação para a escolha do tema deste texto surgiu das discussões proporcionadas na disciplina Agricultura e Capitalismo, ministrada pelo Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, na Universidade de São Paulo, durante o segundo semestre de 2009. Entre aqueles que se propõem a estudar e militar pela solução da questão agrária no Brasil, este geógrafo se destaca por ser um dos principais intelectuais que conhecem com profundidade o tema, ao mesmo tempo em que salta aos olhos sua honestidade intelectual e o seu comprometimento, acima de tudo, com essa luta. Há que se destacar a importância do debate realizado nessa disciplina, uma vez que sua bibliografia básica é composta por estudos clássicos. Essas obras são, atualmente, pouco lidas e discutidas na universidade pública brasileira, onde é cada vez mais restrito o espaço para a discussão sobre a questão agrária que vá à raiz dos problemas, tal como empreendido pelo Professor Ariovaldo. Seu esforço tem sido trazer ao debate intelectual e político a radicalidade necessária para o entendimento desse problema, buscando alimentar a reflexão e a análise da realidade com os estudos e conhecimentos acumulados por autores que buscaram compreender a dinâmica do modo de produção capitalista e que nesse intento se debruçaram no estudo sobre a questão agrária, tais como Kautsky, Lênin, Rosa Luxemburg, Chayanov, Shanin e no Brasil, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Manoel Correia de Andrade, José de Souza Martins, entre outros.

Nessas discussões o Professor Ariovaldo apresentou uma classifica o do que ele denominou de *correntes teóricas e o campo*. Abordarei cada uma delas brevemente, a fim de apontar alguns questionamentos que justificam a escolha do tema deste texto, o qual visa ressaltar a importância do pensamento de Caio Prado Júnior para a reflexão sobre a questão agrária.

Seriam três as correntes teóricas: a primeira defenderia que houve no Brasil feudalismo e que essas rela es de produ o permaneceriam em nossa realidade, logo elas deveriam ser superadas para que houvesse o avanço do capitalismo no campo, entre aqueles que possuem essa interpreta o estariam: Maurice Dobb, N lson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel. Uma segunda corrente seria aquela que acredita que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e

que os camponeses inevitavelmente iriam desaparecer, pois eles seriam uma espécie de resíduo social que o progresso extingiria, conformariam essa corrente: Kautsky, Lênin, Huberman, Sweezy, Caio Prado Jr., José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay. Por fim, haveria uma terceira corrente, à qual o Professor Ariovaldo se inclui que seria aquela que vê o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção como contraditório e combinado. Ou seja, à medida que esse desenvolvimento avança, reproduzindo relações especificamente capitalistas, o capitalismo produziria também relações camponesas de produção. Nessa última corrente estariam incluídos Rosa Luxemburg, Teodor Shanin, Samir Amin, José de Souza Martins, José Vicente Tavares. (OLIVEIRA, 2003)

Compreende-se que essa classificação possui finalidades didáticas, no entanto, questiona-se a possibilidade de haver perdas na compreensão de tão importantes autores, uma vez que ela é utilizada para tornar mais claro um determinado posicionamento teórico e político do Professor Ariovaldo e acaba por aproximar autores que não necessariamente compartilham da mesma visão, por exemplo, sobre história, sobre o funcionamento do modo de produção capitalista bem como sobre as possibilidades de sua superação, por meio de uma revolução. Dados os limites e os objetivos deste pequeno texto, me deterei apenas na elaboração de duas questões acerca desta classificação. A primeira questão seria a seguinte: no que tange à visão sobre o funcionamento do modo de produção capitalista e sobre a questão agrária, o pensamento de Lênin, Kautsky e Rosa Luxemburg não teriam mais similitudes do que diferenças? Logo, deixá-los em correntes diferentes não poderia causar enganos na compreensão desses grandes teóricos marxistas? Esses autores possuíam posições teóricas bastante próximas quanto ao fato de que a tendência era a de que as relações assalariadas fossem crescentemente prevalecer no campo. Por exemplo, a posição política de Rosa Luxemburg acerca da questão agrária, em sua militância na social democracia alemã, não diferia da de Kautsky, seu amigo pessoal, com o qual compartilhava os mesmos pressupostos teóricos e só veio a divergir sobre o posicionamento quanto à melhor forma de enfrentar o imperialismo, em 1910. Além disso, Rosa via os camponeses como pequeno burgueses, que desejavam a propriedade privada da terra e a economia de mercado, constituindo-se, assim, em uma força contra-revolucionária. (SINGER, 1984) Em nenhuma das suas obras Rosa defende que o campesinato seja criado pelo capitalismo, ela apenas afirma que relações não capitalistas são necessárias para dar continuidade ao processo de acumulação de capital, mas progressivamente tendem a desaparecer e serem substituídas por relações de produção capitalistas. Na realidade, Rosa Luxemburg expõe na obra *A Acumulação de capital* uma

teoria sobre a inevitável destruição do sistema capitalista pela finitude dos espaços capazes de produção de capital por meio de relações não capitalistas, condição *sine qua non* para a existência da produção do capital. Conforme se pode verificar na citação a seguir:

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. (...) **Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação de capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital.**

O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. **O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos.**

E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica –, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transforma-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. **A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo.** Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital. (LUXEMBURG, 1984, p. 63 – *grifos nossos*)

O segundo questionamento seria o seguinte: Essa classificação perderia a dimensão histórica e teórica dos autores, uma vez que aproxima visões completamente díspares sobre

as possibilidades políticas de solução da questão agrária e sobre as possibilidades de superação do modo capitalista de produção? Nesse caso específico enfocarei alguns autores que estariam incluídos na segunda corrente, já que nos interessa aqui chegar ao pensamento de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária. Nesta corrente estariam incluídos Caio Prado Júnior, José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay, ora são autores que, primeiramente, vivenciaram e escreveram sobre a questão agrária em períodos históricos diversos, com posições teóricas e políticas essencialmente distintas: Caio Prado Júnior, historiador comunista, partindo do pensamento de Marx e Engels, elaborou seus escritos sobre o tema no calor dos anos 50 e 60, período que Octávio Ianni (1981) chegou a denominar como pré-revolucionário.¹ Caio Prado primou, em sua análise sobre a realidade brasileira e sobre a questão agrária, por buscar a potencialidade revolucionária da luta de classes. Bem diferente é a posição de José Graziano da Silva que elabora a maior parte de seus escritos na década de 70 e 80, sob uma perspectiva próxima aos estudos ligados à tese intitulada: *O capitalismo tardio*, de João Manoel Cardoso de Melo. Esses estudos são de autoria de um grupo de economistas do Instituto de Economia da Unicamp, os quais possuem como foco o desenvolvimento das forças produtivas, retirando da análise a perspectiva da luta de classes e sua potencialidade revolucionária.² Já Ricardo Abramovay escreve sua principal obra *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, ao final da década de 80, numa análise que assim como a de Graziano não privilegia a análise da luta dos trabalhadores, este autor faz um percurso teórico negando as interpretações marxistas clássicas sobre questão agrária a fim de construir uma solução, baseada em realidades históricas completamente distintas da brasileira, que prescindia de uma transformação radical do sistema, Abramovay fala sobre uma organização política dos mercados, que garantiria o desenvolvimento tecnológico e humano da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998). As diferenças entre esses autores são de tal monta, que não podem ser consideradas secundárias no intento de estabelecer uma identificação entre eles no que tange à questão agrária, que justifique alinhá-los numa mesma corrente teórica.

¹ “(...) Havia uma conjuntura pré-revolucionária no Brasil nos anos 1961-64. Era crescente e generalizado o ascenso político de operários e camponeses, por dentro e por fora do populismo, do sindicato urbano, do sindicato rural, da liga camponesa e dos partidos e organizações de esquerda.” (IANNI, 1981, p. 186)

² Sobre a teoria desenvolvida por este grupo do Instituto de Economia da Unicamp, Plínio de Arruda Sampaio Jr. afirma que: “A convicção de que a internalização do departamento de bens de produção é condição suficiente para assegurar a autodeterminação no processo de acumulação (...) esvaziou a importância da Revolução Democrática como premissa do desenvolvimento capitalista nacional.” (1999, p. 49) ; Há também o debate entre Verena Stolcke e José Graziano da Silva, no qual vem à tona o fato de este autor abstrair a luta de classes de sua análise sobre a questão agrária. (SILVA, 1986) (STOLCKE, 1986)

É necessário ressaltar que essas questões não advêm de preocupações meramente “acadêmicas”, ou seja, elas vêm de inquietações relativas também à prática política. Partindo de uma conhecida frase de Lênin: “Não existe prática revolucionária sem teoria revolucionária”, é possível esclarecer melhor as razões desses questionamentos, que vinculam-se ao intento de refletir sobre as diferenças essenciais entre esses autores e identificar aqueles que efetivamente tiveram um papel chave na produção de conhecimento sobre a Revolução Brasileira, ou seja, aqueles autores que buscaram entender com profundidade as contradições de nossa formação histórica, tarefa que hoje se impõe para o encaminhamento das lutas políticas.

Caio Prado está entre aqueles que possuem esse papel chave. Para compreender seu monumental esforço no avançar das lutas políticas em prol da resolução da questão agrária, faz-se necessário verificar como esse tema está inserido no conjunto de sua obra e qual era o seu papel no que ele chamou de Revolução Brasileira. Assim, iniciaremos por apresentar uma breve síntese sobre suas principais idéias relativas à particularidade de nossa formação histórica, por acreditar que é possível encontrar aí elementos fundamentais para entender a obra posterior do autor sobre a questão agrária, bem como sua atuação política. E, em seguida, procede-se, a uma discussão sobre dois de seus livros, nos quais o autor enfocou a temática objeto deste texto, o primeiro deles é a obra *A questão agrária*, que corresponde a uma coletânea de artigos, anteriormente publicados na Revista Brasiliense e o segundo corresponde à *A revolução brasileira*.

Caio Prado constituiu uma geração de pensadores preocupados em entender o Brasil, em interpretá-lo, sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942 é tida ao lado de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e junto à *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire como um trabalho clássico para análise de nossa formação social, econômica e política. Nesta obra, a perspectiva da longa duração é a escolhida por Caio Prado para a análise da história brasileira, já que seu objetivo consistiu em entender o sentido da evolução deste povo, o que só seria possível por meio da análise “(...) dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo.” (PRADO JR., 2000, p. 7). A particularidade de nossa formação social, econômica e política foi buscada justamente nos traços essenciais que determinam nossa evolução, que muito distante de estar dada previamente possui um conjunto de aspectos que a tornam única e conformam o que o autor chamou de *o sentido da colonização*. Este sentido deve ser compreendido numa análise que leve em consideração a totalidade, a qual, cabe ressaltar, constitui uma

das categorias fundantes de sua obra, já que o “(...) todo (...) deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja.” (PRADO JR., 2000, p. 7)

Assim, Caio Prado parte para uma análise que privilegia o século XIX tido como momento síntese que traz o resultado histórico de três séculos de colonização, guardando ainda traços fundamentais desse processo ao mesmo tempo em que começavam a emergir oportunidades históricas para a construção da nação, ou seja, impunham-se novos desafios, como a formação de um mercado interno, a organização do trabalho livre, a produção voltada para os interesses internos. Superar esses desafios exigia, necessariamente, pôr fim às características constitutivas de nossa formação colonial, assim, a busca por compreendê-las e pelos caminhos para destruí-las estão no cerne da obra deste historiador.

Nesse contexto, a questão agrária emergia como um dos problemas centrais a serem enfrentados a fim de superar os traços de nossa formação colonial, que permanecia viva e incrustada na debilidade das forças produtivas e na precariedade das relações de trabalho, características essas que saltavam aos olhos ao se observar a realidade rural do país, nas décadas de 50 e 60, quando a maior parte de seus escritos sobre esse tema são elaborados. Na citação abaixo, Caio Prado salienta a permanência de nosso passado colonial nos impasses e desafios históricos de seu tempo:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. **Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O “sentido” da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. (...)** (PRADO JR., 2000, p. 20 – grifos nossos)

O enfrentamento e a resolução da questão agrária se inseriam no quadro da Revolução Brasileira, entendida como um momento de transição entre o passado colonial que ainda pesava na situação com a qual o autor se deparava, e o futuro do Brasil - Nação. De forma mais precisa, Caio Prado define:

“Revolução” em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. (1966, p. 2).

Para entender o sentido das mudanças revolucionárias por que deveria passar o país seria necessário investigar historicamente as contradições da sociedade e economia brasileira, uma vez que nosso passado colonial manteve-se vivo, em particular, no elevado grau de exploração do trabalhador assalariado³ no campo. Em consequência dessa exploração provinha a situação de miséria material e moral da população rural, e esse era o fator que Caio Prado colocava em primeiro plano ao delimitar a questão agrária: “Se nos propormos analisar e corrigir a deplorável situação de miséria material e moral da população trabalhadora no campo brasileiro – e nisso consiste preliminarmente, sem dúvida alguma, a nossa questão agrária – é disso que nos devemos ocupar em primeiro e principal plano.” (PRADO JR., 1979, p. 22). Romper com a pobreza do trabalhador era o objetivo central da Revolução Brasileira. Pois, dessa forma, se estabeleceriam as condições para inserção com equidade de toda população brasileira no desenvolvimento capitalista. A ascensão social e material do trabalhador forneceria as bases para constituição de um sólido mercado interno, o qual corresponde ao requisito básico da nação. No movimento rumo à integração nacional, a questão agrária assumia papel primordial, já que, no campo se encontravam as principais contradições herdadas de nosso passado como colônia. Caio Prado (1966, p. 203) afirma que:

(...) é na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessa. É aí que a herança da nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços, e os mais significativos do

³Caio Prado ressalta com veemência que é esse o tipo de relação prevalecente no campo, contrariando as teses dos teóricos pecebistas que acreditavam haver no campo camponeses, ao invés de proletários rurais.

ponto de vista social. E assim a superação do estatuto colonial que representa, como vimos, a linha mestra da revolução brasileira, encontra no campo os principais e essenciais obstáculos a seu processamento.

A Revolução Brasileira devia avançar a partir das contradições, sobretudo na que se encontrava nas relações de trabalho, preponderantemente, as de emprego. Para alcançar os objetivos dos trabalhadores, Caio Prado propôs uma estratégia de enfraquecimento da condição privilegiada do grande proprietário. Tratava-se de um plano com duas frentes: a primeira seria a extensão da legislação social trabalhista para o campo, com o fim de assegurar ao trabalhador proteção legal para melhorar suas condições de vida. A segunda frente corresponderia à desconcentração da propriedade fundiária, permitindo o acesso à terra por parte dos trabalhadores que estivessem capacitados a gerir uma pequena produção. Esses dois caminhos, embora convergentes, pois tinham o fim único de elevar os padrões do homem do campo, eram distintos e deviam ser tratados à parte, e cada qual por si a fim que fossem detectadas suas conexões e complementaridades.

A primeira frente de luta, relacionada acima, seria por uma legislação social trabalhista, a qual deveria, antes de tudo, captar a complexidade das relações de trabalho vigentes no campo. Já que, uma das principais críticas de nosso autor à legislação trabalhista para o campo, promulgada em 1963, foi que essa se assemelhou a uma transplantação da que vigorava para o trabalhador urbano (PRADO JR., 1979)

Entre as relações de trabalho específicas ao campo, estava a remuneração através de um sistema híbrido, ou seja, uma parte era o pagamento em dinheiro e a outra correspondia ao direito de ocupar, para uso próprio, partes da propriedade do empregador. Esse tipo de remuneração era de grande vantagem para o fazendeiro, porque as atividades agrícolas eram geralmente esporádicas e o sistema híbrido permitia que o trabalhador permanecesse à disposição do proprietário sem receber salário, apenas plantando o mínimo para sua sobrevivência. Não obstante, o direito de utilizar a terra trazia, em certa medida, algumas vantagens para o trabalhador, já que ele garantia o mínimo de gêneros para a subsistência de sua família.

A legislação, além de garantir estabilidade e continuidade às relações de trabalho, incluiria o direito à moradia com conforto, higiene e segurança a todos os que lavram a terra. E mais, havia a necessidade de eliminar outros tipos de relações, entre o proprietário

e o trabalhador, que não fosse a de trabalho, pois, não deveria haver entre eles vínculos extra-econômicos.

A regulamentação dos direitos trabalhistas no campo, e o conseqüente aumento salarial, também repercutiriam no avanço técnico da produção agropecuária, visto que, altos salários são um estímulo para os proprietários introduzirem técnicas aperfeiçoadas. O avanço tecnológico nas explorações agrícolas garantiria o aumento da produtividade, evitando as perdas acarretadas pelo aumento da remuneração do trabalhador. Outro efeito importantíssimo dessa legislação no campo seria a melhora dos padrões materiais e sociais da classe trabalhadora como um todo. Afinal, com as melhoras no padrão de vida no campo evitar-se-iam as migrações rumo aos grandes centros em busca de trabalho. A oferta de trabalho no comércio e na indústria, dessa forma, deixaria de aumentar e os salários na zona urbana estariam livres para crescer. Conforme se percebe, as leis para o campo trariam benefícios também para os trabalhadores das cidades, sendo assim, propunha-se uma aliança entre o proletariado urbano e rural na luta pela legislação social trabalhista no campo.

A segunda frente de luta corresponde à desconcentração da propriedade rural. Caio Prado elabora cuidadosamente essa proposta, levando em conta as particularidades de nossa formação histórica, através da qual ele verifica a existência, apenas residual, de uma cultura propriamente camponesa com ocupação parcelaria da terra. Em sua visão, a economia camponesa possuía presença residual e era dispersa pelos poros da grande exploração. Em muitos casos os trabalhadores da fazenda se ocupavam de culturas próprias, em regra gêneros de subsistência, paralelamente e subsidiariamente à produção principal. Nos períodos de elevação do valor dos bens agrícolas comercializáveis, as terras onde eram plantados bens de subsistência eram suprimidas para dar espaço à cultura de grande lucratividade. Em face do encolhimento e até desaparecimento do plantio destinado ao consumo do trabalhador, eram geradas as principais tensões em torno da ocupação da terra.

Embora salientando o papel secundário da luta pela terra no processo da revolução brasileira, Caio Prado propõe medidas para resolução desse problema, que são amplamente vinculadas com as leis trabalhistas para o campo. Tal legislação impulsionaria a desconcentração fundiária, pois, as propriedades deficitárias que viviam às custas da exploração do trabalhador, não suportariam a elevação dos salários e seriam colocadas à venda. Nesse momento o Estado agiria através de políticas agrárias que objetivassem o

desmembramento e efetiva utilização, sob outras formas, das grandes propriedades menos produtivas. Em decorrência do aumento da oferta de terras, proveniente de empresas agrícolas falidas, o preço desse bem sofreria grande queda. O baixo preço da terra facilitaria uma intervenção estatal na realização da reforma agrária, porque, com um valor mais acessível, o governo poderia comprar e repassar essas terras a pequenos agricultores que não dispusessem desse bem.

A divisão das grandes propriedades deveria ocorrer também em alguns outros pontos específicos, em primeiro lugar, onde a estrutura latifundiária se apresentasse mais enfraquecida, ou seja, onde a atividade produtiva se realizasse parcelariamente. Isso ocorria no sistema de parceria, onde o trabalhador parceiro, embora integrado num todo que era a grande propriedade e mesmo participando da atividade produtiva, realizava sua atividade independentemente dos demais. Onde vigia a parceria, existia uma organização intermediária entre a grande exploração e a exploração parcelária e individual, tornando-se, assim, mais fácil o parcelamento e, por conseguinte, a desconcentração fundiária.

A divisão das propriedades seria efetuada, também, nas áreas próximas às obras públicas destinadas ao favorecimento das atividades agrárias, tais como: irrigação, regularização de cursos d'água, práticas conservacionistas em larga escala de defesa do solo contra a erosão. Essas terras deveriam ser obrigatoriamente desapropriadas e subdivididas. A batalha pela divisão das grandes propriedades compreenderia o aumento da tributação. Já que é muito comum, num país como o Brasil, marcado por longos processos inflacionários, a terra ser utilizada como reserva de valor. Eram grandes propriedades, onde não existiam atividades agropecuárias, com função meramente especulativa. A elevação da carga tributária seria um bom instrumento para combater esse tipo de investimento.

Logo, na visão deste autor, a resolução da questão agrária emergia como elemento central para a melhora das condições de vida do trabalhador brasileiro, entre as décadas de 50 e 60. Destarte, o proletariado do país elevaria sua capacidade de consumo, consubstanciando uma sólida conjuntura mercantil. Juntamente, haveria o fortalecimento do mercado interno, já que as forças produtivas teriam que se voltar ao abastecimento das necessidades da população local, ou seja, esse mercado seria eleito como objetivo central da produção nacional. Dessa forma, se delineariam os requisitos para constituição da Nação. Como afirma Caio Prado (1966, p. 117):

O crescimento quantitativo e qualitativo da população, e sua integração num todo social orgânico, corresponde à ampliação e diversificação das necessidades econômicas, e, pois, à formação e desenvolvimento de um mercado interno que se irá emparelhar e tende mesmo a superar o externo, de início o único existente. O que determinará novos estímulos e diferente orientação; e, em conseqüência, a modificação gradual das atividades produtivas. O recente processo de industrialização a cuja eclosão, podemos dizer, ainda assistimos nos dias de hoje, corresponde em última análise àquelas circunstâncias. Em suma, a estrutura da produção e, pois, a economia em geral se transformam a fim de fazerem face às novas solicitações e estímulos proporcionados por uma grande coletividade socialmente integrada e nacionalmente organizada. Ou antes, em marcha para essa integração e organização.

Desse modo, acredito que a riqueza da obra de Caio Prado se evidencia quando a consideramos em conjunto e no seu contexto histórico. Como já foi dito, ela está entre os estudos pioneiros de grande vulto que visaram interpretar o Brasil. Além disso, seu valor maior reside no fato de que, longe de ser um esforço que tem como ponto de partida o mundo das idéias, as motivações do autor encontram-se nas contradições reais da sociedade brasileira, as quais lhe impõem a tarefa de estudar a história de nosso país. O ponto de chegada de sua obra também foi a realidade, ou seja, tratava-se de um trabalho intelectual e político no sentido de contribuir na construção de uma teoria sobre a Revolução Brasileira ao mesmo tempo em que participava ativamente para o avanço das lutas.

Caio Prado parte da constatação da miséria material e moral do trabalhador brasileiro, algo explícito naquela realidade, para a busca de entender suas causas mais profundas. Nessa tarefa, ele estabelece constantemente em sua obra a relação entre o geral e o particular, ou seja, ele enxerga a formação histórica brasileira e suas características mais específicas a partir de uma visão totalizante que a coloca como parte de um processo maior de expansão marítima e comercial dos países da Europa. Aponta, desse modo, um traço essencial de nossa evolução como povo, voltada para atender as necessidades externas ao país, fundada na intensa exploração dos trabalhadores e na produção em larga escala de bens agrícolas, o que constituía o sentido da colonização. O historiador comunista logo percebeu que o maior desafio que se impunha ao povo brasileiro, a fim de que ele se constituísse num todo orgânico, era romper com nosso passado colonial, vivo ainda nos anos 50 e 60.

Acredito que o diagnóstico de Caio Prado sobre questão agrária não pode ser desvinculado desse desafio maior vislumbrado pelo autor, o que permite compreender por que sua “obsessão” consistiu em tentar romper com as condições de trabalho presentes na grande exploração agrícola, ou seja, com seu elemento basilar relativo à intensa exploração da força de trabalho.

Por fim, a atualidade de seu pensamento reside, em grande medida, em sua contribuição para a formulação de uma teoria da Revolução Brasileira que leve em consideração as particularidades de nossa formação histórica e que tenha os olhos atentos para a realidade a fim de identificar as contradições sociais com maior potencialidade para revolucionar as bases deste modo de produção, mas, que nunca perca de vista a totalidade na qual está inserida. Acredito que o caminho não esteja em incorporar de maneira acrítica as teses de Caio Prado Jr. sobre a questão agrária, perdendo de vista as especificidades de seu contexto histórico, mas, é necessário valorizar e retomar seus estudos sobre a história de nosso país, bem como compreender e fazer avançar seu esforço de relacionar os desafios que se impõem à sociedade brasileira com as raízes das contradições que os geram, a fim de superá-los.

Bibliografia

- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Vol II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. de, Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: MARQUES, M. I. M., OLIVEIRA, A. U. de (orgs.), **O campo no século XXI – Um território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____ **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____ **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- SAMPAIO JR. P. de A. S. **Entre a nação e a barbárie**: Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, J. G. da, **Café Amargo: Cafeicultura, homens, mulheres e capital de Verena Stolcke (1850 – 1980)**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 3, 1986.
- SINGER, P. Apresentação. In: LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Vol I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- STOLCKE, V. **O povo na história**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociaas, nº 3, 1986.